

Câmara Setorial da Palma de Óleo realiza terceira reunião



Por: Daniela Collares

Criada por meio da Portaria MAPA No. 592/2010, de 17/08/2010, a Câmara Setorial da Palma de Óleo é um espaço institucional que tem como propósitos identificar oportunidades para o desenvolvimento da cadeia produtiva, estabelecer prioridades para a política pública e articular Governo e agentes privados. O conceito de Câmara Setorial, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento está fortemente relacionado com a idéia de um agrupamento de representantes dos organismos, órgãos e entidades, públicas e privadas, que compõem os elos de uma cadeia produtiva do agronegócio, que tem por substrato um ou mais produtos. Tratam dos setores produtivos da Agropecuária, tendo sempre um enfoque sistêmico – Visão de Cadeia Produtiva.

A Câmara Setorial da Palma de Óleo, composta por representantes do Governo Federal (MAPA, MDA, MME, MMA, MDIC, Embrapa e Casa Civil) e por representantes dos produtores de palma de óleo, dos consumidores dos produtos derivados, dos trabalhadores, tem caráter consultivo e propicia um diálogo organizado em torno do interesse comum de garantir a expansão sustentável da produção no Brasil. A primeira reunião ocorreu no dia 18 de agosto de 2010. “A criação desta câmara mostra o comprometimento do governo com o fomento à cultura da palma que, além de gerar emprego e renda ao produtor da Região Amazônica, vai auxiliar na recuperação de áreas degradadas”, disse o Ministro da Agricultura.

De acordo com o ministro, a câmara setorial vai traçar as políticas públicas para a área e defender projetos de aproveitamento da palma, promovendo mudança estrutural no mercado, hoje dominado por dois países: Indonésia e Malásia.

► Terceira Reunião da Câmara

Um importante tema debatido, na terceira reunião ocorrida no dia 12 de maio de 2011, foi o levantamento da safra da palma de óleo do Brasil, com levantamento preliminar apresentado pela

Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. O levantamento será revisto com a participação das empresas que designaram os seus pontos focais para atualização dos dados. A contribuição da Conab em levantamento de safra com outras espécies tem produzido informações relevantes para a tomada de decisões.

O grupo de trabalho de comércio e logística, formado por representantes do governo, de empresas produtoras de óleo de palma e de palmiste e de compradoras dos produtos, mapeou os gargalos existentes para comercialização da produção no mercado nacional. As suas conclusões apontam para necessidades de reavaliação da regulamentação e logística em rotas de cabotagem, rodovias e ferrovia N-S, tributação (ICMS, impostos de importação, PIS/CONFINS e outros tributos), além de financiamento agrícola, especialmente para médios produtores. O grupo sugere ainda a criação de um Selo “Óleo de Palma Social”.

Nas regiões da Amazônia Legal, tendo como foco principal o Pará, os Governos federal e estadual tem promovido estudos e ações articuladas para a agenda ambiental e regularização fundiária, considerado gargalos para a expansão da dendecultura no Estado.

A Embrapa apresentou, a “Agroenergia em Revista”, abordando temas e resultados em andamento em PD&I de palma de óleo, demonstrando o compromisso da Empresa para com o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo. Na oportunidade, o representante da Empresa na Câmara, Frederico Durães, Chefe-Geral da Embrapa Agroenergia discutiu também sobre disponibilidade de sementes e sobre os recursos financeiros destinados à pesquisa não liberados em 2010. Nesta questão, obteve a determinada posição do Secretário Nacional de Produção e Agroenergia do MAPA e Presidente da Câmara Setorial, Manoel Bertone, visando a busca no Governo, junto com a Diretoria da Embrapa, a viabilização dos recursos para PD&I, em 2011.